



Ata da 5ª (quinta) reunião ordinária realizada no dia dez de março de dois mil e vinte. Às dezenove horas do mesmo dia, reuniram-se em sessão ordinária, sob a presidência do vereador José Elias, os vereadores da Câmara Municipal de Santana da Vargem. O primeiro secretário, o vereador Carlos Cezar, realizou a chamada e verificou estar ausente a vereadora Silmara Girlaine a qual havia justificado sua ausência. Os demais vereadores estavam presentes. O presidente declarou aberta a sessão e foi realizada a oração regimental. Iniciando-se o pequeno expediente, foi lida a ata da última reunião, a quarta reunião ordinária. Após a leitura, a ata foi colocada em votação tendo sido solicitado pelo vereador Rodrigo Scalioni que fosse retificada. Após a retificação a ata foi aprovada e assinada por todos os vereadores. Na sequência foi lida a Indicação nº 003/2020 de autoria do vereador Luiz Felipe. Não houve inscritos na tribuna livre. No grande expediente foram apresentados: o **Projeto de Lei Complementar 002/2020** que “Dispõe sobre a nomenclatura do Assessor Jurídico constante na Lei Complementar Municipal nº 10, de 17 de julho de 2018, que alterou a Lei Municipal nº 1119, de 02 de março de 2009, e dá outras providências”; e o **Projeto de Lei Ordinária 005/2020** que “Dispõe sobre a alteração do artigo 4º da Lei Municipal nº 1466, de 27 de setembro de 2018”. Os projetos foram encaminhados à Comissão de Legislação Justiça e Redação Final. Na ordem do dia, foi colocado em discussão e segunda votação o **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 001/2020** que “Autoriza a revisão geral anual da remuneração dos servidores do Poder Legislativo Municipal”. O projeto foi aprovado por unanimidade entre os presentes (com os votos dos vereadores: Marcos Roberto, Luiz Felipe, Expedito Alves, Vitor Eugênio, Carlos Cezar, Rodrigo Scalioni e João Martins). Na sequência foi colocado em discussão e primeira votação o **Projeto de Lei Ordinária nº 003/2020** que “Altera a denominação de projeto/atividade do PPA, LDO e da Lei Orçamentaria e dá outras providências”. O projeto foi aprovado por unanimidade entre os presentes (com os votos dos vereadores: Marcos Roberto, Luiz Felipe, Expedito Alves, Vitor Eugênio, Carlos Cezar, Rodrigo Scalioni e João Martins). Em prosseguimento à reunião o presidente concedeu a palavra livre aos vereadores por 5 (cinco) minutos. O vereador Expedito Alves informou que o secretário da saúde, o Sr. Hemórgenes, lhe dissera que pretende ir à Câmara afim de realizar uma prestação de contas. O parlamentar também pediu para o presidente que divulgue através de avisos, quando for a ocasião, para que a população tenha a oportunidade de comparecer ao plenário para ouvir o secretário e tirar as suas dúvidas. O presidente disse que aproveitaria a ocasião para pedir ao secretário que realizasse uma prestação de contas



de forma que a população pudesse entender melhor. O vereador João Martins disse que não era a favor que se trouxesse o povo para realizar perguntas ao secretário e que os vereadores é que deveriam realizar as perguntas. O presidente respondeu que o secretário viria para realizar a prestação de contas. O vereador Expedito Alves acrescentou que será uma ótima oportunidade para que as pessoas conheçam melhor sobre a saúde no município. O presidente informou que chegou na casa uma solicitação do prefeito municipal de audiência para a prestação de contas do primeiro quadrimestre e que esta seria repassada ao vereador Rodrigo Scalioni, presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. O vereador Luiz Felipe convidou os vereadores João Martins e Expedito Alves para a reunião da Comissão de Legislação e Justiça para terça feira da próxima semana às dezoito horas, e também informou que já saiu a lista preliminar do concurso público e que em breve poderiam ser nomeados os vencedores do certame. O presidente disse que após a classificação do concurso ele iria homologá-lo e iria realizar a nomeação de imediato e que os concursados teriam trinta dias para tomar posse. O vereador João Martins pediu para que os contratados ficassem em seus cargos até os concursados tomarem posse. Nada mais havendo a tratar o presidente encerrou a sessão e ordenou que se lavrasse a presente ata, a qual, após aprovada poderá ser assinada por todos.